



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0011840-70.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 4081/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 3145/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 377/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 21 de janeiro de 2015, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Fábio José Moreira dos Santos, Promotor de Justiça, bem como do réu **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos, foram inquiridas a vítima Jeisyani Marchiorato, as testemunhas de acusação Heverton Cezar dos Santos e Rodrigo Della Nina, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Ausente a testemunha de acusação Edson Júnior de Lima, que não foi intimado por não ter sido encontrado. As partes desistiram do depoimento da testemunha, o que foi deferido pelo MM. Juiz. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Preliminarmente, requeiro que a Vara das Execuções penais de Cabrobó/PE seja oficiada, requisitando a complementação da certidão de fls. 105, tendo-se em vista a grande probabilidade de se tratar de réu reincidente. Solicita-se que conste da complementação a data do cumprimento da pena do réu. Sem prejuízo, requeiro folha de antecedentes do réu do estado de Pernambuco. A ação penal é procedente. A materialidade do crime foi demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 23/24 e de avaliação de fls. 33. A autoria foi exaustivamente demonstrada, inicialmente pela confissão judicial do acusado, sintonizada com a admissão da culpa feita em sede policial. A confissão também guarda harmonia com os testemunhos dos policiais militares Heverton e Rodrigo, que prenderam o réu em flagrante delito e escutaram dele uma confissão informal da autoria do crime. A pena do réu deve ser fixada no mínimo e na segunda fase da dosagem incidir a agravante da reincidência (a certidão já referida combinada com a manifestação do réu em interrogatório, permitem o reconhecimento dessa circunstância). Com a juntada, oportunamente do documento requerido em preliminar, requer-se nova vista dos autos para manifestação mais apurada sobre a dosimetria da pena. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu foi preso em flagrante na posse da res furtiva, foi confesso, restando certa sua autoria portanto. Sendo assim, a defesa técnica requer a fixação da pena base no mínimo legal, uma vez que o bem foi recuperado, não resultando, por esta razão, maiores prejuízos à vítima. No tocante à agravante da reincidência, esta não restou plenamente comprovada. A certidão juntada de fls. 105 não revela a data da extinção da pena, apenas que o trânsito em julgado se deu em 05/12/2006. Pode ser que o réu tenha respondido o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

processo preso, deste modo, há a possibilidade de que ele tenha cumprido sua pena até 12/11/2009. Neste caso, seria considerado no presente processo primário, tendo o direito ao regime aberto e substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direito. Portanto, em razão do princípio do favor rei, deve ser fixado o regime inicial aberto e substituição à restritiva de direito. Subsidiariamente, no caso de vossa Excelência reconhecer que o réu é reincidente, requer na segunda fase a compensação desta agravante com a atenuante da confissão, conforme o entendimento pacífico dos nossos Tribunais Superiores. Por fim requer a fixação do regime inicial semi-aberto nos termos da súmula 269 do STJ. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, caput, porque no dia 12 de novembro de 2014, por volta de 23:30h na Rua Nações Unidas, nº 25, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade e comarca de São Carlos, subtraiu para si e para outrem motocicleta marca Honda, modelo Titan ES, ano 2000, placa CFD-3930, coisa alheia móvel, pertencente a Jeisyani Marchiorato, avaliada em R\$2.500,00. Segundo o apurado na oportunidade acima indicada, a vítima, proprietária da motocicleta acima descrita, emprestou-a a seu marido, que a deixou estacionada no endereço acima indicado e ausentou-se do local. Na ausência do condutor da moto, o denunciado fez ligação direta no veículo com instrumento desconhecido e, dada partida fugiu com a motocicleta alheia. Por fim, o denunciado foi interceptado pela polícia e o veículo recuperado. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 31 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 75), o réu foi citado (fls. 82/83) e respondeu a acusação através de Defensor Público (fls. 90/92). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a aplicação da pena mínima e o regime mais liberal. **É o relatório. DECIDO.** Entendo desnecessária a vinda de certidão da Vara das Execuções quanto à condenação de fls. 105 para verificação da reincidência, porque este fato viria retardar o julgamento e possibilitar a soltura do réu por ocorrência de constrangimento ilegal, diante da dificuldade que se tem encontrado para obter certidão de comarca de Estado distante. Mesmo sem saber a data que o réu cumpriu referida condenação, a extinção da pena imposta certamente não ocorreu há mais de cinco anos para atingir os efeitos do art. 64 do CP. É que pela certidão de fls. 105 o réu foi preso em flagrante em 11/01/2006 e recebeu condenação de sete anos de reclusão, cuja decisão transitou em julgado. Considerando a data da prisão e a pena imposta o cumprimento da punição aconteceria em 2013. Por conseguinte, pela certidão que está nos autos (fls. 105) é possível reconhecer que o réu é reincidente. Examinando agora a acusação, o réu foi surpreendido na posse da motocicleta furtada. Confessou a prática do delito quando foi interrogado no inquérito (fls. 8) e também em Juízo, aqui assistido do seu defensor. Sua confissão está amparada pelas demais provas que foram produzidas. Portanto, o delito imputado ao réu está comprovado, e a sua condenação é medida que se impõe. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para condenar o réu por furto simples. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que com a recuperação do veículo não houve consequências para a vítima, delibero fixar a pena-base no mínimo, isto é, em um ano de reclusão e dez dias-multa. Deixo de impor modificação na segunda fase porque embora presente a agravante da reincidência, o réu tem em seu favor a atenuante da confissão espontânea, devendo uma situação compensar a outra. Assim torno definitiva a pena estabelecida, não sendo o caso de aplicação de pena substitutiva, por não ser essa suficiente, porque o réu não tem paradeiro e também não preenche os requisitos do ar. 44 do CP. **CONDENO**, pois, **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA JUNIOR** à pena de **um (1) ano de reclusão e dez (10) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o **artigo 155, “caput”, do Código Penal**. Por ser reincidente iniciará o cumprimento da pena no regime



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

fechado, não podendo recorrer em liberdade. Tal regime é necessário inclusive para nortear o réu a uma mudança de comportamento, porque até hoje não modificou a maneira de agir e continua delinquindo. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):